

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA**
2 **DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE**
3 **ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte
4 e um, às nove horas, reuniu-se a Congregação da Faculdade de Educação, através
5 do Google Meet, em virtude da necessidade de isolamento social pela pandemia da
6 Covid-19, sob a presidência do DIRETOR da Faculdade de Educação, PROFESSOR
7 DOUTOR RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA, com a presença dos seguintes
8 conselheiros: DIRETOR ASSOCIADO: Professor Doutor Alexandro Henrique Paixão;
9 CHEFES DE DEPARTAMENTO: Professores Doutores: Gabriela Guarnieri de
10 Campos Tebet (DECISE); Arnaldo Pinto Júnior (DELART); Selma Borghi Venco
11 (DEPASE); Carlos Miguel Ribeiro da Silva (DEPRAC); Camila Alves Fior (DEPE);
12 Fabiana de Cássia Rodrigues (DEFHE). COORDENADORES: Professores Doutores:
13 Antonio Carlos Rodrigues de Amorim (Pós-Graduação); Ana Lúcia Horta Nogueira
14 (Extensão, Eventos e Pesquisa); Norma Silvia Trindade de Lima (Graduação –
15 Pedagogia); Anderson Ricardo Trevisan (Graduação – Licenciaturas).
16 REPRESENTANTES DOCENTES – Professores Doutores: MS-3: Alexandrina
17 Monteiro. BANCADA GERAL – Professores Doutores: Nima Imaculada Spigolon,
18 Alessandra Aparecida Viveiro, Carolina de Roig Catini, Lalo Watanabe Minto, Soely
19 Ap. Jorge Polydoro. REPRESENTANTES DISCENTES: Isis Caniello, Julia Pacheco e
20 Zan, Ricardo Ariel N. Gilbert Bruno, Michelle Simões da Silva, Viviane Cardoso da
21 Silva. REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS: Juliana Marques
22 Lourenço, Noemi Rodrigues Jacintho, Simone Lucas Gonçalves Oliveira. AUSÊNCIAS
23 JUSTIFICADAS: Prof. Guilherme do Val Toledo Prado, sem substituição; Profa.
24 Miriam Cardoso Utsumi, sendo substituída pelo Prof. Carlos Miguel Ribeiro da Silva;
25 servidor Diego Barbosa, sendo substituído pela servidora Simone Lucas Gonçalves
26 Oliveira; Prof. Rogério Adolfo de Moura, sendo substituído pelo Prof. Arnaldo Pinto
27 Júnior. Como convidados compareceram: Prof. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda
28 (CPFP); Luciana Rodrigues (CTU/FE). Antes de iniciar formalmente a reunião, o
29 **Professor Renê Trentin** passou a palavra ao **Professor Alexandro Paixão** que
30 informou que tinha uma notícia triste de falecimento do esposo de uma aluna da pós-
31 graduação. Passou então a palavra para a Profa. Gabriela Tebet, com seus
32 sentimentos e de toda à Congregação, para que ela pudesse dar maiores detalhes. A
33 **Professora Gabriela Tebet** informou que Matheus Santos, 30 anos de idade,
34 administrador público, mestre e doutorando no IG/Unicamp. Era marido da estudante
35 do PPGE, Marisa Demarzo, sua orientanda. No mês de março havia completado 11
36 anos, ininterrupto, de universidade pública, entre graduação, mestrado e doutorado.

37 Em sua memória e em solidariedade à estudante Marisa Demarzo e amigos, deixou
38 ali sua homenagem e sua indignação em relação à política de morte que está posta
39 no cotidiano como resultado da péssima gestão pública do governo federal. Finalizou
40 desejando a todos que se cuidem, pois não é uma “gripezinha” e que não está
41 acabando. O **Professor Alexandro Paixão** solicitou 1 minuto de silêncio. Antes
42 porém, o **Professor Renê Trentin** solicitou estender o momento a outra situação.
43 Mencionou que era dia 31 de março e se lembrava um episódio fundamental da
44 história de Brasil que explica o que estamos passando na atualidade, que foi o golpe
45 de 64. É preciso de referir a esse período com o nome que realmente tem: golpe. Não
46 foi revolução, não foi movimento, não foi uma manifestação. Foi um golpe de Estado
47 que depôs arbitrariamente um Presidente da República, democrática e legitimamente
48 eleito e que instalou a ditadura militar que durou mais de 20 anos, uma flagrante afronta
49 à Constituição. Foi, portanto, uma ação arbitrária, ilegal e ilegítima. Não há nada para
50 comemorar naquela data, como sugeriu o novo Ministro da Defesa. A data merece ser
51 lembrada, mas como um dos episódios mais tristes, trágicos e vergonhosos da história
52 do país. Precisa ser lembrada para que não se repita e para ensinar às novas
53 gerações, a importância e o valor da democracia. Embora os protagonistas tivessem
54 sido os militares, o mais correto, como dizem alguns historiadores, seria chamá-lo de
55 golpe civil-militar. Lembrou ainda da importância de se consultar e divulgar o relatório
56 da Comissão da Verdade, instalada em 2012. Então, o luto de hoje seria por todas
57 essas razões. Pediu que todos fechassem as câmeras para que as telas em sinal de
58 luto para 1 minuto de silêncio. Após isso, o **Professor Alexandro Paixão** reforçou o
59 convite para a 6ª edição do evento Golpe, Ditadura e Educação, organizado pela
60 Profa. Débora Mazza e Profa. Nima Spigolon, com a presença do Prof. Roberto
61 Romano, que seria realizado naquele dia às 15 horas. Em seguida, o **Professor Renê**
62 **Trentin** deu início oficialmente a 351ª reunião da Congregação da Faculdade de
63 Educação. Passou para o **EXPEDIENTE** e submeteu a apreciação da Ata da 350ª
64 Reunião Ordinária realizada em 03/03/2021, perguntando se havia alguma
65 observação a ser feita. A **Professora Carolina Catini** observou que estava faltando
66 a aprovação da ata da reunião de outubro/2020 e seria importante que estivesse
67 presente para aquela reunião. O **Professor Renê Trentin** esclareceu que a reunião
68 de outubro teve a duração de cerca de 3 horas e meia dentro de um mesmo assunto.
69 Houve um período de férias da equipe da Direção, que foi intercalada, além das outras
70 demandas que não pararam de chegar. Afirmou que a ata seria apresentada na próxima
71 reunião. Pediu a compreensão dos conselheiros com o atraso. Não houve
72 observações e o **Professor Renê Trentin** submeteu a ata para votação, a qual foi

73 aprovada com 11 abstenções. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou para o
74 item **02. Informes conselheiros**. A **Professora Ana Aragão** pediu a palavra para
75 apontar uma correção a ser feita nas páginas 150 e 154 da pauta, uma vez que
76 constou a palavra “relatórido”, e o correto é “relatório”. O **Professor Anderson**
77 **Trevisan** informou que durante a semana de planejamento várias questões foram
78 pontuadas dentre as quais o fato de alguns estudantes não abrirem as câmeras
79 durante as aulas. Nas reuniões surgiu a ideia da produção de um material sobre como
80 sobreviver ao ensino remoto. A Profa. Ana Archangelo produziu um vídeo “Nossos
81 corpos importam”, que já estava circulando. Informou que a Profa. Nima Spigolon
82 também estava produzindo um material para divulgação. Agradeceu em nome das
83 coordenações as iniciativas das professoras e incentivou outros que também façam
84 se assim o desejarem. A **estudante Viviane Cardoso da Silva** observou que era um
85 dia de “descomemoração” nacional, ditadura nunca mais nesse país. Informou que a
86 pós-graduação na contramão de tudo o que está sendo defendido, que é o isolamento
87 social, a preservação da vida, decidiram nacionalmente fazer uma manifestação no
88 dia anterior em prol da vida, do direito da população a ter alimentos e, principalmente,
89 em prol da democracia. Várias capitais do Brasil tiveram movimentações. Achou
90 importante levar o informe para registro. Demonstrando assim a discordância com o
91 governo central, que tem colocado a população e risco, além de grupos falando no
92 retorno presencial das aulas, colocando as crianças e suas famílias, os profissionais
93 da educação em risco. Se solidarizou à sua colega Marisa que perdeu o esposo.
94 Mencionou que no dia anterior o país chegou a 4 mil mortes em um dia. Em seguida,
95 o **Professor Renê Trentin** passou para o item **03. Informes Direção**. **A)** A Minuta do
96 RDIDP não foi pautada na reunião do CONSU do dia anterior, ficando para a próxima
97 gestão. Haveria assim mais tempo para discussão interna. **B)** Destacou que a Reitoria
98 restringiu ainda mais a presença física no campus e na FE também haveria uma
99 diminuição desse trabalho presencial. **C)** Consulta feita pela FE sobre dificuldade de
100 saber como usar as redes sociais e direito de imagem, na sala de aula e fora dela,
101 sobre canal do Youtube. A Administração Central publicou no site do EA2 uma série
102 de perguntas e respostas muito interessantes sobre o tema. Convidou a todos para
103 acessarem e se orientarem. Pediu que a Profa. Soely complementasse os detalhes.
104 A **Professora Soely Polydoro** lembrou que uma das orientações do material
105 divulgado se refere ao plano da disciplina, onde deve constar se as aulas serão
106 gravadas (ou não) e disponibilizadas apenas para a turma. No FAQ tinha todas as
107 informações detalhadas. O link foi colocado no chat. Salientou que o trabalho envolveu
108 a PG, o GR e o GGTE. Foram abarcadas grande parte das questões, mas caso surjam

109 mais questionamentos, que sejam encaminhados para análise. O **Professor Renê**
110 **Trentin** continuou com os informes da Direção. **D)** Terceira revisão orçamentária. Foi
111 apresentado um valor de 8,7 milhões de déficit. Houve crescimento da arrecadação
112 no final de 2020. Receitas próprias caíram. O cenário no início do ano não era tão
113 assustador. Maiores detalhes podem ser acessados no site da AEPLAN. **E)** Políticas
114 de ações afirmativas. Foi aprovada a adoção de cotas para candidatos negros e
115 pardos nos concursos da carreira PAEPE. Serão reservadas 25% das vagas desses
116 concursos para autodeclarantes pretos e pardos. **F)** Eleição representação docente
117 no CONSU. As eleições serão nos dias 01 e 02/06 e as inscrições a partir de 26/04.
118 Talvez esse calendário sofra alguma alteração, mas o calendário completo será
119 divulgado oportunamente pela Secretaria Geral. Pediu que todos ficassem atentos
120 pois é importante ter representante no CONSU para encaminhar as pautas da
121 Unidade. O **Professor Alexandro Paixão** agradeceu a todos que participaram do
122 evento Desafios da FE. Foi um momento muito importante nas mesas, não só os
123 expositores e relatores, mas a participação intensa no YouTube. Informou que ainda
124 tinha a última etapa que seria no dia 09/04, que era a plenária. Lembrou que é
125 necessário que todos aqueles que participaram das mesas estejam presentes no *meet*
126 do dia 09, e que na próxima semana enviaria o convite para a atividade envolvendo
127 toda a Faculdade de Educação. A seguir, o **Professor Renê Trentin** deu entrada no
128 item **II) ORDEM DO DIA. A. PARA CIÊNCIA. 01.** Recondução do Prof. Dr. Silvio
129 Donizetti de Oliveira Gallo e indicação da Profa. Dra. Helena Maria Sant'Ana Sampaio
130 Andery para ocuparem a posição de Editores-Chefes da Revista Pro-Posições. Carta
131 de 12/03/2021. **02.** Nova Coordenação do PECIM para o período de 01/04/2021 a
132 31/03/2023, conforme Of. CPG/PECIM 004/2021. Profa. Dra. Maria Inês de Freitas
133 Petrucci dos Santos Rosa – coordenadora. Prof. Dr. Carlos Miguel da Silva Ribeiro –
134 coordenador associado. Em seguida, o **Professor Renê Trentin** entrou no **item B.**
135 **HOMOLOGAÇÃO. 01.** Solicitação de adesão ao Programa Professor Colaborador da
136 Profa. Dra. Maria do Carmo Martins – Departamento de Educação, Conhecimento,
137 Linguagem e Arte. Of. DELART nº 005/2021, de . 06/01/2021. Aprovado “*ad*
138 *referendum*” da Congregação. O **Professor Renê Trentin** submeteu o item para votação,
139 o qual foi homologado por unanimidade. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou para
140 o item **C. DELIBERAÇÃO.** O **Professor Renê Trentin** perguntou se havia algum
141 destaque a ser feito pelos conselheiros, além dos itens já destacados pela Direção. A
142 **Professora Gabriela Tebet** solicitou destaque para o **item 07.** A **Professora Nima**
143 **Spigolon** solicitou destaque para os itens 17, 18 e 19. Em seguida, o **Professor Renê**
144 **Trentin** submeteu os itens não destacados e, colocados em votação, foram aprovados

145 por unanimidade. a. **DIREÇÃO. 04.** Proposta de calendário anual para concursos de
146 livre docência na FE – ano 2021. **05.** Indicação de representação discente nas
147 comissões da Congregação. Comissão de Ensino e Pesquisa – CEPE – Júlia Pacheco
148 e Zan (titular) e Isis Caniello (suplente). Comissão de Orçamento – Viviane Cardoso
149 da Silva (titular) e Michelle Simões da Silva (suplente). Comissão de Legislação e
150 Normas – CLN – Ricardo Ariel Noberto Gilbert Bruno (titular) e Mariana de Castro
151 Lourenço (suplente). b. **DEPARTAMENTOS. 06.** Solicitação de renovação no
152 programa de professor colaborador – Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião –
153 Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais. Of. DEPASE nº
154 003/2021. **07.** Solicitação de renovação no programa de professor pesquisador –
155 Profa. Dra. Carmen Lúcia Rodrigues Arruda, junto ao Departamento de Ciências
156 Sociais na Educação. Of. DECISE nº 008/2021. **08.** Solicitação de renovação no
157 programa de professor colaborador – Prof. Dr. Nelson Antonio Pirola, junto ao
158 Departamento de Psicologia Educacional. Of. DEPE nº 012/2021. **09.** Solicitação de
159 renovação no programa de professor colaborador – Prof. Dr. José Renato Polli, junto
160 ao Departamento de Filosofia e História da Educação. Of. DEFHE nº 010/2021. **10.**
161 Solicitação de renovação no programa de professor colaborador – Prof. Dr. José Luís
162 Sanfelice, junto ao Departamento de Filosofia e História da Educação. Of. DEFHE nº
163 012/2021. **11.** Solicitação de renovação no programa de professor colaborador – Prof.
164 Dr. Fernanda Keila Marinho da Silva, junto ao Departamento de Ensino e Práticas
165 Culturais. Of. DEPRAC nº 011/2021. **12.** Relatório de Atividades Docente – Prof. Dr.
166 Lalo Watanabe Minto – Departamento de Filosofia e História da Educação. Período
167 01/09/2017 a 31/08/2020. Of. DEFHE nº 011/2021. **13.** Estágio probatório da Profa.
168 Dra. Juliana Rink, do Departamento de Ensino e Práticas Culturais. Período 07/2018
169 a 01/2021. Of. DEPRAC nº 010/2021. **14.** Solicitação do Prof. Dr. Anderson Ricardo
170 Trevisan – Departamento de Ciências Sociais na Educação, do exercício de atividades
171 simultâneas, junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo
172 para implementação do Currículo da Cidade de São Paulo – Ensino Médio –
173 Componente Curricular Sociologia, no período de 01/04/2021 a 01/04/2022. Of.
174 DECISE nº 016/2021. **15.** Solicitação do Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira –
175 Departamento de Filosofia e História da Educação, do exercício de atividades
176 simultâneas, junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo
177 para implementação do Currículo da Cidade de São Paulo – Ensino Médio –
178 Componente Curricular Filosofia, no período de março a dezembro/2021. Of. DEFHE
179 nº 013/2021. **16.** Solicitação da Profa. Dra. Telma Pileggi Vinha de *cancelamento* das
180 atividades simultâneas, junto ao Núcleo de Pesquisa Aplicada em Educação – Think

181 Tank, do Instituto Unibanco, em São Paulo, no período de fevereiro/2020 a
182 novembro/2021, aprovada na Congregação de 18/12/2019. Of. DEPE nº 013/2021. **c.**
183 **COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO.** **20.** Proposta para alteração de catálogo
184 graduação 2022 para o Curso 20 Pedagogia Integral e para o Curso 38 Pedagogia
185 Noturno, sem alterações. Ofício Graduação/FE nº 32/2021. **21.** Proposta para
186 alteração de catálogo Graduação 2022 para o Curso 56 Licenciatura Integrada em
187 Química e Física nos termos do Ofício Graduação/FE nº 33/2021. **22.** Plano
188 Emergencial para estágios na FE 1s2021, produzido no Seminário de Estágios.
189 Ofício Graduação nº 35/2021. **23.** Solicitação de alteração do vetor SL da disciplina
190 AM 097 – “Diálogos Interculturais: povos indígenas e a universidade”, sendo a
191 ampliação de 2 para 4 créditos. Of. DELART nº 016/2021. Aprovado “ad referendum”
192 da CG/FE. **d. COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO.** **24.** Proposta de Oferecimento do
193 Curso de Difusão Cultural-S EDU-0330 – A sobrevivência psíquica do professor em
194 tempos de crise: aspectos afetivos da relação professor-aluno, sob a responsabilidade
195 da Profa. Dra. Ana Archangelo. Parecer CEFE nº 09/2021. **25.** Proposta de
196 Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU-0332 – Educação estética e
197 desenvolvimento humano: expressões e (trans)formações mediadas pela arte, sob a
198 responsabilidade da Profa. Dra. Ana Lúcia Horta Nogueira. Parecer CEFE nº 10/2021.
199 **26.** Proposta de Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU-0362 –
200 Alfabetização discursiva e relações de ensino: ensino remoto na pandemia, sob a
201 responsabilidade da Profa. Dra. Ana Lúcia Horta Nogueira. Parecer CEPE nº 11/2021.
202 **27.** Proposta de Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU 0333 –
203 Entendendo a inclusão escolar como direito, sob a responsabilidade da Profa. Dra.
204 Maria Teresa Eglér Mantoan. Parecer CEFE nº 12/2021. **28.** Proposta de
205 Oferecimento do Curso de Extensão Múltiplo EDU-0335 – Arte e pedagogia
206 contemporânea fios que conectam a educação do olhar ao conhecimento, sob a
207 responsabilidade da Profa. Dra. Maria Teresa Eglér Mantoan. Parecer CEFE nº
208 13/2021. **29.** Proposta de Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU-0334 –
209 Pedagogia Freinet no ensino fundamental, sob a responsabilidade da Profa. Dra.
210 Adriana Varani. Parecer CEFE nº 14/2021. **30.** Prestação de Contas do Convênio
211 Funcamp nº 927.19 – Cursos Extecamp/FE referente ao exercício de 2020. Parecer
212 CEFE nº 15/2021. **e. COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO. PROGRAMA DE**
213 **PESQUISADOR DE PÓS-DOCTORADO.** **31.** Profa. Dra. Ângela Maria Silveira
214 Portelinha. Ingresso no PPPD. Supervisão do Prof. Dr. José Luis Sanfelice. Período:
215 03/2021 a 02/2022. Informação CPG nº 025/2021. **32.** Profa. Dra. Maria Nizete de
216 Azevedo. Ingresso no PPPD. Supervisão da Profa. Dra. Ana Luiza Bustamante

217 Smolka. Período: 01/08/2021 a 31/07/2022. Informação CPG nº 025/2021. **33.** Profa.
218 Dra. Lilian Karam Parente Cury Spiller. Ingresso no PPPD. Supervisão do Prof. Dr.
219 Dario Fiorentini. Período: 03/2021 a 02/2022. Informação CPG nº 025/2021. **34.** Prof.
220 Dr. José Luiz de Castro. Ingresso no PPPD. Supervisão da Profa. Dra. Nima
221 Imaculada Spigolon. Período: janeiro a dezembro/2021. Informação CPG nº 025/2021.
222 **35.** Profa. Dra. Regina da Silva Pina Neves. Renovação no PPPD. Supervisão do
223 Prof. Dr. Dario Fiorentini. Período: 20/02 a 31/07/2021. Informação CPG nº 028/2021.
224 **36.** Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Ferreira. Relatório Final no PPPD. Supervisão do
225 Prof. Dr. Silvio D. Oliveira Gallo. Informação CPG nº 027/2021. **37.** Prof. Dr. Edson
226 Francisco de Andrade. Relatório Final no PPPD. Supervisão da Profa. Dra. Cristiane
227 Machado. Informação CPG nº 027/2021. **CADASTRAMENTO/CRENCIAMENTO**
228 **JUNTO AO PPGE.** **38.** Credenciamento como Professor Visitante junto ao PPGE, da
229 Profa. Dra. Carmen Lucia Brancaglioni Passos, para orientação da tese de doutorado
230 do estudante Rodrigo Serra, no período de 31/03/2021 a 30/03/2023. Informação CPG
231 nº 21/2021. **39.** Credenciamento como Professor Permanente junto ao PPGE, do Prof.
232 Dr. Estefano Vizconde Veraszto, no período de 25/03/2021 a 24/03/2022. Informação
233 CPG nº 21/2021. **40.** Credenciamento como Professor Colaborador junto ao PPGE,
234 do Prof. Dr. Nelson Antonio Pirola, para orientação da tese de doutorado de Helen
235 Castro Almeida Leite, no período de 24/10/2020 a 23/10/2022. Informação CPG nº
236 21/2021. **41.** Descredenciamento da Profa. Dra. Maria José Pereira Monteiro de
237 Almeida, junto ao Mestrado Profissional em Educação Escolar. Informação CPG nº
238 23/2021. A seguir, o **Professor René Trentin** passou à apreciação dos itens
239 destacados. **a. DIREÇÃO. 01.** Proposta de Regimento da Congregação da Faculdade
240 de Educação. A **Professora Nima Spigolon** pediu os seguintes acréscimos: no
241 subtítulo IV – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – **6** - acrescentar após Coordenador
242 de Pós-Graduação, “acadêmico e profissional...” No Capítulo II – subtítulo DAS
243 COMISSÕES PERMANENTES - **Artigo 7º - § 3º** acrescentar “acadêmico e
244 profissional...” A **servidora Juliana Lourenço** pediu para acrescentar Coordenador de
245 Extensão, Eventos e Pesquisa ao **Artigo 3º**. O **Professor René Trentin** perguntou se
246 o DECISE mantinha a sugestão de colocar presidente nato no Inciso I do **Artigo 2º**. A
247 **Professora Gabriela Tebet** falou que poderia tirar. O próximo item apresentado pelo
248 **Professor René Trentin** foi a questão dos membros complementários: **Artigo 2º -**
249 **Inciso XIII.** O Presidente da CPFPP como membro complementar. Submeteu a
250 votação e foi aprovado por unanimidade. O Coordenador do PECIM como membro
251 complementar. Submeteu a votação e foi aprovado com 2 abstenções. Em seguida
252 colocou a questão do voto. Colocou em votação se a CPFPP teria direito a voto. Foram

253 02 votos favoráveis; 19 votos contrários e 4 abstenções. Sendo assim, o Presidente
254 da CPFP não teria direito a voto. Colocou em votação se o Coordenador do PECIM
255 teria direito a voto. Foram 21 votos contrários e 4 abstenções. Sendo assim, o
256 Coordenador do PECIM não teria direito a voto. Colocou em votação que os
257 candidatos têm apenas direito a voz. Aprovado por unanimidade. **Artigo 7º § 4º** - “O
258 mandato dos coordenadores de Pós-Graduação, Graduação, Extensão, Eventos e
259 Pesquisa e Chefes de Departamento será coincidente com as respectivas
260 designações e os representantes docentes terão mandato de, no máximo, 2 anos”.
261 Submeteu à votação. Foi aprovado por unanimidade. Capítulo VI – Do Expediente:
262 **Artigo 28, item c** com a seguinte redação: “apresentação de pedidos de inclusão de
263 matéria na Ordem do Dia da mesma sessão, quando se tratar de assunto
264 comprovadamente inadiável”. Submeteu a votação. Foi aprovado com 9 abstenções.
265 **Artigo 40** – exclusão da modalidade voto secreto. Submeteu a votação. Foi aprovado
266 com 22 votos favoráveis e 4 abstenções. **Artigo 41**. Houve alguns considerações
267 quanto ao texto que resultou em 2 propostas. PROPOSTA 1 – O processo comum de
268 votação será o ativo, salvo dispositivo expresso proposta de um membro da
269 Congregação, aprovada pelo Plenário. Submeteu para votação. Foram 13 votos.
270 PROPOSTA 2 – O processo comum de votação será o ativo, salvo dispositivo
271 expresso ou proposta de um membro da Congregação, aprovada pelo Plenário.
272 Submeteu para votação. Foram 11 votos. Foram 2 abstenções. O **Professor Renê**
273 **Trentin** informou que ficou mantida a redação original. A seguir, o **Professor Renê**
274 **Trentin** submeteu o documento como um todo para votação, o qual foi aprovado por
275 unanimidade. Agradeceu a todos que colaboraram na elaboração desse documento.
276 Em seguida, o **Professor Renê Trentin** passou para o **item 02**. Proposta de
277 Regimento da Faculdade de Educação. **Artigo 2º** - manutenção da palavra
278 educadores. Aprovado por unanimidade. Flexão feminina para o documento todo.
279 Aprovado com 1 voto contrário. **Artigo 8º - Inciso XIII - § 1º** acrescentar: “... sem
280 direito a voto”. Capítulo III – DOS DEPARTAMENTOS – **Artigo 34 – § 1º** A
281 representação estudantil será composta por até 3 (três) membros entre estudantes de
282 graduação e de pós-graduação, respeitada a exigência de que os docentes sejam, no
283 mínimo, 70% (setenta por cento) dos membros do Departamento. Aprovado por
284 unanimidade. TÍTULO V - DAS COMISSÕES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS –
285 **Artigo 40 – § 1º** acrescentar Comissão de Extensão, Eventos e Pesquisa. Capítulo I
286 – DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – **Artigo 43** – O Programa de Pós-
287 Graduação da Faculdade é constituído pelo Programa de Mestrado e de Doutorado
288 em Educação e Programa de Mestrado Profissional em Educação Escolar, sendo

289 organizado em Linhas de Pesquisa, conforme definidas pelo Regimento da CPG e
290 aprovadas pela Congregação da Unidade, CCPG e demais órgãos competentes da
291 Universidade. Aprovado com 1 abstenção. CAPÍTULO II - DA COMISSÃO DE
292 GRADUAÇÃO – **Artigo 45. Proposta 1:** Os Coordenadores dos Cursos de Graduação
293 da FE são eleitos através de consulta interna à Comunidade (docentes, estudantes e
294 servidores técnico- administrativos). 11 votos favoráveis. Proposta 2: Os
295 Coordenadores dos Cursos de Graduação da FE são eleitos através de consulta
296 interna à Faculdade e as candidaturas se constituirão na forma de chapa com 4
297 representantes para ocuparem os cargos de coordenação e coordenação associada
298 dos cursos de pedagogia e licenciatura. O mandato regular das coordenações de
299 pedagogia e licenciaturas passam a ter início e fim coincidentes. 11 votos favoráveis.
300 Foram 3 abstenções. Coube o voto de minerva ao **Professor Renê Trentin** que votou
301 na proposta 1, observando que cabia ainda um amadurecimento na ideia de eleição
302 por chapa. CAPÍTULO III - DA COMISSÃO DE EXTENSÃO, EVENTOS E PESQUISA.
303 **Artigo 49** – Apenas alteração do nome Conselho de Extensão da Unicamp (CONEX)
304 para Conselho Executivo de Extensão da Unicamp (Conext). **Artigo 50** – São
305 atribuições e competências da Comissão de Extensão, Eventos e Pesquisa: inclusão
306 do Inciso VI. Deliberar sobre proposta de abertura de cursos de extensão,
307 encaminhando parecer à Congregação. Alterar Inciso VIII: “...Comissão de Extensão,
308 Eventos e Pesquisa...” **Artigo 51** – atualizar o Inciso VI: “representar a Unidade no
309 Conselho de executivo de Extensão da Unicamp (Conext) e na Congregação” - e
310 incluir outro item "representar a Unidade na Comissão Central de Extensão (CCE) e
311 na Comissão Central de Pesquisa (CCP)" Após as considerações efetuadas, o
312 **Professor Renê Trentin** submeteu o documento como um todo para votação, o qual
313 foi aprovado por unanimidade. A **estudante Michelle Simões** solicitou a retirada de
314 pauta dos itens destacados. O **Professor Renê Trentin** perguntou aos responsáveis
315 pelos itens, que se manifestassem quanto às implicações dessa retirada de pauta. A
316 **Professora Ana Aragão** fez menção aos itens 17 e 18. Lembrou que na reunião da
317 Congregação de outubro/2020, foi sugerido por aquele colegiado que as professoras
318 buscassem outra Unidade para poderem fazer o convênio. Assim, o fizeram e o
319 convênio foi firmado com o IdEA, e aprovado em todas as instâncias da universidade.
320 Salientou que o que estava em pauta naquele momento não era o convênio, mas as
321 atividades simultâneas as quais estão normatizadas pelo RDIDP. Não era possível a
322 retirada de pauta, uma vez que o convênio já estava aprovado e os recursos na
323 Funcamp já estavam disponíveis para execução. A **Professora Camila Fior**
324 reconheceu a importância do destaque e do debate, mas manteve o posicionamento

325 do DEPE de que o tema fosse discutido e votado naquela reunião. A **Professora**
326 **Soely Polydoro** sugeriu a manutenção dos 4 itens na pauta, apesar da expansão do
327 horário da reunião, respeitando assim o que foi decidido no início da reunião. O
328 **Professor Antonio Carlos Amorim** ressaltou que eram temas usuais, portanto, não
329 iriam causar polêmica. O **Professor Arnaldo Pinto Júnior** também sugeriu a
330 manutenção dos itens. A **Professora Fabiana Rodrigues** salientou que aqueles itens
331 demandavam tempo de discussão e que não se tratava de uma pauta corriqueira.
332 Mencionou que era uma pena não ter a ata de outubro para documentar a larga
333 discussão ocorrida. A **Professora Nima Spigolon** reforçou a necessidade da
334 democracia, conjugada com a prática política e pedagógica. O **Professor Carlos**
335 **Miguel Ribeiro** foi contrário à retirada de pauta, uma vez que a realização de
336 atividades simultâneas era algo comum e o convênio já estava aprovado. O **Professor**
337 **Lalo Minto** observou que o tema exigia bastante debate. A retirada de pauta era para
338 que em outro momento houvesse tempo suficiente para a discussão. Caso se
339 definisse pela continuidade dos itens na pauta, que o teto fosse estendido para não
340 prejudicar o debate. A **estudante Michelle Simões** pediu que fosse desconsiderada
341 sua proposta de retirada de pauta dos itens destacados, caso o teto da reunião fosse
342 estendido. O **Professor Renê Trentin** propôs a ampliação do teto da reunião até
343 13h30m, o que foi aprovado. O **Professor Renê Trentin** passou para o item **03**. Carta
344 aberta da Faculdade de Educação ao Congresso Nacional. Fez a leitura da carta para
345 que as pessoas que estivessem assistindo a reunião pelo Youtube, pudessem ter
346 ciência do teor. A seguir colocou em votação e o item 03 foi aprovado por
347 unanimidade. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou a palavra para a Profa.
348 Gabriela Tebet que pedira destaque para o **item 07**. Solicitação de renovação no
349 programa de professor colaborador – Profa. Dra. Carmen Lúcia Rodrigues Arruda,
350 junto ao Departamento de Ciências Sociais na Educação. Of. DECISE n° 008/2021. A
351 **Professora Gabriela Tebet** informou que havia pedido destaque apenas para
352 mencionar que a renovação em questão não era como professor colaborador, mas
353 sim como pesquisador colaborador. O **Professor Renê Trentin** agradeceu a
354 observação da Profa. Gabriela e colocou o **item 07** em votação, o qual foi aprovado
355 por unanimidade. Em seguida, o **Professor Renê Trentin** passou para os itens
356 destacados em bloco, como se segue: **17**. Solicitação da Profa. Dra. Telma Pileggi
357 Vinha do exercício simultâneo de atividades relacionadas ao Convênio de Cooperação
358 entre o Instituto Unibanco e a Unicamp, com a interveniência da Funcamp, através do
359 Instituto de Estudos Avançados (IdEA), pelo período de 5 anos, a partir da data de
360 aprovação desse pedido, até o dia 20 de fevereiro de 2026, data final da vigência do

361 convênio. Of. DEPE nº 014/2021. **18.** Solicitação da Profa. Dra. Ana Maria Falcão de
362 Aragão. do exercício simultâneo de atividades relacionadas ao Convênio de
363 Cooperação entre o Instituto Unibanco e a Unicamp, com a interveniência da
364 Funcamp, através do Instituto de Estudos Avançados (IdEA), pelo período de 5 anos,
365 a partir da data de aprovação desse pedido, até o dia 20 de fevereiro de 2026, data
366 final da vigência do convênio. Of. DEPE nº 015/2021. **19.** Solicitação do Prof. Dr.
367 Maurício Ernica, de atividades simultâneas como coordenador do projeto de pesquisa
368 “Educação e desigualdades no Brasil contemporâneo”, através do Núcleo de Estudos em
369 Políticas Públicas (NEPP), com base no convênio entre a Fundação Tide Setúbal e a
370 Unicamp, com interveniência da Funcamp, pelo período de quinze meses a partir da data de
371 aprovação, até 01/03/2022, final da vigência do convênio. Of. DELART nº 008/2021. A
372 **estudante Viviane Cardoso da Silva** fez a proposta de se discutir os itens 17, 18 e
373 19 em conjunto, por se tratar da mesma questão e que a votação também fosse em
374 conjunto. A **Professora Soely Polydoro** pediu esclarecimento quanto à
375 especificidade dos 3 itens em questão. A **estudante Viviane Cardoso da Silva** disse
376 que se tratava de atividades simultâneas. A **Professora Soely Polydoro** observou
377 que essa especificidade também estava nos 14, 15 e 16, os quais foram aprovados
378 sem destaque. A estudante **Viviane Cardoso da Silva** ressaltou que se tratava de
379 atividades simultâneas junto ao Instituto Unibanco e a Tide Setúbal, que eram grupos
380 empresariais altamente nocivos à educação. O **Professor René Trentin** reafirmou
381 que os convênios em questão foram feitos fora da Faculdade de Educação, por meio
382 do IdEA e do NEPP, não cabendo assim à FE, a aprovação. O que estava posto era
383 a solicitação de atividades simultâneas de 3 docentes da Faculdade para participar
384 desses convênios. Naquele momento, abriu a palavra para as inscrições, pedindo aos
385 conselheiros que fossem objetivos. A **Professora Alexandrina Monteiro** ressaltou
386 que diante da fala do Prof. René, de que os projetos já estavam aprovados, então o
387 debate a ser feito envolvia a relação da FE tanto com esses grandes bancos e os
388 grandes conglomerados financeiros quanto a questões das políticas educacionais que
389 estão em jogo nesses processos. Os convênios já foram aprovados em outras
390 instâncias, e de fato, parece que o que cabe à Faculdade de Educação não é nada
391 relacionado a ser favorável ou contrário ao que está sendo posto. Nesse sentido, fez
392 uma proposta para que fosse debatido na próxima congregação, o posicionamento da
393 Faculdade de Educação em relação a esse ponto. Assim como foi feita uma carta de
394 moção, sobre o momento atual, também caberia pensar num posicionamento da
395 Faculdade em relação a essas intervenções financeiras no campo educacional
396 enquanto políticas públicas. Porém, o que estava em pauta seriam as atividades

397 simultâneas dos colegas, o que estava dentro das normas do regimento da FE e da
398 Unicamp. A **Professora Ana Aragão** agradeceu a fala da Profa. Alexandrina e
399 destacou, com todo respeito à Faculdade de Educação, que em outubro foram
400 orientadas por aquele colegiado a buscarem outra unidade para que esse convênio
401 fosse estabelecido. Embora não tenham a ata, existe a gravação da reunião para
402 constatar. Informou que o convênio foi realizado junto ao IdEA, e foi devidamente
403 aprovado na Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade. Essa foi a
404 primeira dimensão destacada pela docente. A seguir, frisou que para que não
405 houvesse nenhum problema e nenhuma dúvida em relação à participação dela e da
406 Profa. Telma junto ao convênio, além de considerar o compromisso com a
407 universidade em relação ao RDIDP, consultaram a comissão do RDIDP quanto à
408 questão das 8 horas semanais, e o que foi dito e escrito é que não é necessário que
409 conste que serão 8 horas semanais, mas sim 20% do tempo da dedicação exclusiva.
410 Ressaltou que não haveria excesso em relação a essas horas. O que estava colocado
411 era que essas atividades seriam realizadas por ela e pela Profa. Telma de uma forma
412 bastante detalhada e esclarecida em relação à proposta de convênio. Lembrou que
413 no item 19 havia a solicitação de atividades simultâneas do Prof. Mauricio Ernica
414 também vinculada a convênio. Observou que estava há 21 anos na Faculdade de
415 Educação e nunca viu ser discutido em que momento, em que situação, em que
416 instância, e de que forma o docente poderia exercer atividades simultâneas, porque o
417 docente tem autonomia em relação às suas pesquisas e existe autorização da
418 universidade para isso. A **Professora Selma Venco** iniciou sua fala dizendo que
419 lamentava profundamente as possíveis comemorações em relação à aprovação
420 desses convênios em outras instâncias. Como já foi dito em outras oportunidades, era
421 vender a universidade pública, o que já havia sido amplamente discutido naquele
422 colegiado. Era necessária uma posição na Congregação em relação às atividades
423 simultâneas. Diferente do que o Prof. Carlos Miguel e a Profa. Ana Aragão falaram,
424 de que “isso nunca foi discutido”, afirmou que isso já foi discutido sim. Ela mesma
425 mencionou em outras oportunidades que se analisasse com mais cautela esses
426 pedidos, pois quando se olha o conjunto de responsabilidades que estão relacionados
427 nos documentos versus a quantidade de horas permitidas aos docentes de empregar
428 em atividades simultâneas, parece que há um “super poder” para conseguir fazer tanta
429 coisa nessas horas. Salientou que ela não dá conta de tantas atividades mesmo
430 trabalhando aos sábados, domingos, feriados e férias. Frisou que eram duas
431 questões: primeiro era lamentável ver colegas dessa Faculdade fazendo convênios e
432 propostas com institutos privados, que representam o pior que se tem nessa

433 sociedade, que é uma sociedade da exploração. Isso é extremamente difícil e isso já
434 foi falado. Então, era necessário questionar as atividades simultâneas que fogem
435 daquilo que se vinha aprovando normalmente. Acrescentou que não se tratava de um
436 pedido normal como todos os outros, mas muito diferente e com uma especificidade
437 bastante nociva para a Faculdade de Educação e sobretudo para a universidade que
438 está se locupletando com esses convênios. A **estudante Isis Caniello** fez leitura da
439 carta dos estudantes: “É com grande pesar e espanto que nós estudantes recebemos
440 as notícias de vínculos institucionais da Unicamp com a fundação da herdeira do
441 Banco Itaú, Tide Setúbal, e com o Instituto Unibanco, a qual lembramos que foi
442 rejeitada pela nossa Faculdade de Educação. Ao mesmo tempo, o mesmo núcleo
443 ‘IdEA – Instituto de Estudos Avançados’ formou um ‘grupo de educação’ cujo ‘O foco
444 inicial é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de referência para
445 propostas de currículos do país’ ou seja, assumindo a BNCC de forma acrítica como
446 as fundações empresariais têm defendido. Inclusive com a presença direta da
447 banqueira Maria Alice Setúbal e da presidente do Todos Pela Educação, Priscila Cruz.
448 Lembramos que quem financia o Todos Pela Educação são principalmente empresas
449 ligadas a conglomerados de capital bancário e financeiro. E que pesquisas diversas
450 sobre a educação e a atuação destas instituições empresariais mostram um projeto
451 educacional ligado à formação do capital humano, com implicações que vão desde
452 ajustes no financiamento estatal à subjetividades das trabalhadoras e trabalhadores
453 da educação e estudantes, sobretudo, das classes populares. Vale lembrar que na
454 última congregação nós aprovamos o repúdio a um título de Doutor Honoris causa da
455 Unicamp em 1973 para um membro da cúpula da ditadura militar, o Jarbas
456 Passarinho. E também que o Unibanco, na figura do Walter Moreira Salles, pai do
457 Pedro Moreira Salles (presidente do Instituto Unibanco) apoiou o golpe militar de 1964
458 e se beneficiou das políticas monetárias da ditadura, permitindo se tornar o maior
459 conglomerado financeiro do hemisfério Sul. Hoje, por meio de suas fundações,
460 querem financiar e ditar políticas sociais e educacionais com roupagem de uma
461 democracia”. Finalizou enfatizando o posicionamento dos estudantes e a necessidade
462 da ata da reunião de outubro/2020, porque não se recordava da sugestão de que a
463 parceria pudesse ser feita de outra forma. A **Professora Camila Fior** agradeceu as
464 considerações da Profa. Selma e da Profa. Alexandrina. Disse que a preocupação
465 trazida em relação ao trabalho, foi também uma preocupação do departamento.
466 Apesar de estar há apenas um mês na chefia, era uma variável sempre analisada,
467 quando se aprovava um pedido dessa natureza. Salientou que eram 2 docentes com
468 uma intensa produção acadêmica e talvez o professor Antonio Carlos pudesse auxiliar

469 nessa discussão, pois estava no fechamento das avaliações pelo Sucupira e a Profa.
470 Telma foi solicitada pela pós-graduação para que a produção dos egressos dela
471 pudesse ajudar a compor a avaliação do programa. Informou ainda que as 2 docentes
472 produzem muito e têm a mesma carga horária das demais do departamento.
473 Acrescentou que no semestre passado, com as dificuldades de alguns docentes com
474 o uso da tecnologia, uma delas ainda conseguiu acompanhar as atividades, mas sem
475 isso ter sido atribuído na carga horária e contabilizado para o seu respectivo RAD. As
476 2 docentes compõem outras câmaras na universidade, como a Comissão de Bolsa e
477 a Congregação. Ou seja, em termos das atividades que são descritas pelo
478 departamento, as atribuições estão sendo cumpridas. Apenas para esclarecimento, o
479 departamento fez a análise e reitera o mérito na produção acadêmica e no trabalho
480 das colegas e por isso foi considerado que está sendo solicitado um exercício de
481 atividades simultâneas que não vai além do que está previsto pela legislação. Por
482 isso, a Profa. Telma faz um cancelamento inicialmente antes de fazer esse novo
483 pedido. Colocou-se à disposição, pois seu encaminhamento foi muito sintético, pois
484 foi o primeiro feito à Congregação. Finalizou dizendo que caso alguém quisesse ter
485 acesso aos termos de convênio ela poderia colocar o site, pois eram públicos. A
486 **Professora Carolina Catini** observou que a colocação em relação às atividades
487 simultâneas de modo algum estava questionando cada um dos docentes da FE e a
488 sua situação, mas sim colocando em discussão os espaços coletivos e os
489 encaminhamentos. No seminário Desafios da Faculdade de Educação foi pautada a
490 questão de intensificação de trabalho. Inclusive lembrou de uma fala do Prof.
491 Anderson sobre o trabalho na gestão universitária ocupar muito tempo da vida na
492 universidade. Portanto, as atividades simultâneas colocam algum problema e não é
493 possível ver isso separado de outros processos que a Faculdade de Educação está
494 passando. No Seminário, que foi um espaço coletivo de fala, houve a possibilidade de
495 ver vários problemas que são decorrência de um vagalhão de um processo de
496 destruição da universidade. Por exemplo: o que vai ser da universidade sem ter
497 contratações previstas? A concorrência entre docentes para poder ter direito à
498 progressão da carreira! A universidade está num ritmo acelerado de processo de
499 destruição no qual a privatização vai junto. E era uma desqualificação da Faculdade
500 em relação a um posicionamento político, frente ao processo de privatização. Pois
501 para falar de um processo de decisão democrático de valorização da FE, numa
502 reunião de congregação decidiu ser contrária à parceria com os Institutos Itaú-
503 Unibanco e naquele momento tinha uma discussão reduzida e despolitizada, apenas
504 de concordância se os colegas poderiam dedicar seus trabalhos a essas instituições.

505 Sabe-se que há divergências entre a comunidade da FE, cujas posições são
506 respeitadas, onde uns acham que é privatização e neoliberalismo, enquanto outros
507 acham que é a luta pelo direito à educação. Houve divergência naquela reunião de
508 outubro, todavia foi tomada a decisão de forma coletiva. Naquele momento o
509 colegiado deveria decidir se os colegas poderiam ou não ser dispensados do trabalho
510 na Unicamp ou congregar os 2 trabalhos e legitimar a entrada dessas organizações
511 na UNICAMP. Frisou que era gravíssimo que fossem professoras da Faculdade de
512 Educação que estavam legitimando a entrada deles na Unicamp. Observou que era
513 um processo de cerceamento e agora no serviço público. “Alguém aqui foi consultado
514 se era possível que entrasse no IdEA, que entrasse no conselho, Neca Setúbal e
515 Priscilla Cruz, presidente do Todos pela Educação? Alguém aqui foi consultado se a
516 UNICAMP Ventures podia fazer parte do conselho? O presidente do Ifood, do Quinto
517 Andar, ninguém aqui foi consultado, certo?” A universidade está virando uma empresa
518 sem que ninguém possa decidir. A consequência disso era que a Congregação
519 decidiria se as docentes poderiam trabalhar lá e assim todos estariam trabalhando
520 para eles sem que se possa decidir. Finalizou dizendo que era fundamental considerar
521 os espaços democráticos da FE. No seminário desafios da FE foram apontadas as
522 consequências da precarização, assim como a Congregação decidiu pela não
523 parceria com esse convênio. A **estudante Michelle Simões** observou que, por mais
524 que a questão da atividade simultânea seja difícil de ser questionada por ter respaldo
525 na própria instituição, nada impede que haja discordância. Em sua opinião esse tipo
526 de atividade pode ser visto, inclusive, como uma forma de precarização do trabalho
527 docente dentro da universidade, tirando o docente da atividade exclusiva de pesquisa,
528 ensino e extensão. Comentou que o mérito político da proposta não poderia passar
529 despercebido a uma Congregação que há poucos meses aprovou um repúdio a esse
530 tipo de aliança com as instituições privadas, em particular o debate sobre os perigos
531 do Instituto Unibanco e o caráter das pesquisas desse tipo de instituto. Frisou que eles
532 trabalham com a formação docente na base, numa lógica de tecnicismo do trabalho,
533 prejudicando a formação principalmente das classes mais populares. Ressaltou que
534 era impossível a ela, como ingressante pelas cotas, deixar passar despercebido sem
535 fazer oposição. Disse que a herdeira do Itaú-Unibanco é uma bilionária que financia
536 projetos de desigualdade educacional, como se a própria herança que ela acumulou
537 e que o Instituto Unibanco segue acumulando em cima do estado brasileiro, não fosse
538 resultado de um mesmo processo social, econômico e histórico. O estado brasileiro
539 gasta mais de 40% do seu orçamento anual com impostos, em pagamento com a
540 dívida pública, no qual o Itaú-Unibanco tem uma grande parcela desses lucros, além

541 de serem isentos de diversas tributações. Enquanto que o investimento em educação,
542 tanto básica quanto superior, não passa dos 3%, mesmo neste ano, durante uma
543 condição de pandemia em que os investimentos deveriam ter sido muito maiores tanto
544 pelas condições do ensino remoto quanto pelas próprias condições de desigualdade
545 no ensino que todos estão enfrentando por conta de toda a crise. Lembrou que a FE
546 tem uma responsabilidade com a universidade, especialmente nesse momento em
547 que se discute uma ameaça autoritária e antidemocrática no governo federal, que
548 constantemente ameaça também os orçamentos das universidades públicas e o
549 programa que a universidade pública democrática defende. É essencial que haja uma
550 reflexão de como defender a autonomia universitária, no sentido econômico, porque
551 a FE deveria estar pautando o aumento do ICMS, o aumento da taxação de fortunas,
552 de novas formas de financiamento de orçamento pra universidade e não a aliança
553 com os setores privados, que contribuem com a crise na educação a nível nacional e
554 local e também a nível democrático, e que interferem diretamente no âmbito da
555 pesquisa. Finalizou dizendo que, embora acredite na aprovação dos itens em questão,
556 quis deixar uma mensagem aos professores envolvidos, para que de fato refletissem
557 sobre o trabalho da FE estar contribuindo com a instituição e com a comunidade da
558 Unicamp, tanto a interna quanto a externa. O **Professor Carlos Miguel Ribeiro** iniciou
559 sua fala dizendo que parecia estar tendo um *déjà-vu*, pois não sabia se estava em
560 dezembro ou estava em março. O que estava sendo discutido não era o convênio,
561 mas um conjunto de aprovação ou não de atividades simultâneas de 3 docentes, e
562 que a diferença dos demais parecia ser a natureza dessas atividades simultâneas.
563 Expôs que todos defendem uma universidade pública e gratuita, pelo menos disse
564 acreditar que isso seja verdade. Mas talvez se tenha diferentes formas de entender o
565 que significa universidade pública e gratuita muito mais em termos de se entender
566 qual é o papel e qual é a responsabilidade propositiva para que a universidade
567 continue sendo pública, gratuita e de qualidade. Finalizou dizendo que desde que
568 estava na Congregação, nunca tinha visto esse tema ser discutido, mas em sua
569 opinião o que estava sendo discutido, na verdade, era a liberdade acadêmica, o
570 controle do que cada um pode ou não fazer. Isso tem um nome e cada um dá o nome
571 que acha que deve dar. O **Professor Arnaldo Pinto Júnior** iniciou sua fala dizendo
572 que achava muito importante o debate, e a Congregação era um lugar plural de
573 debate, e ali estavam debatendo importantes posições políticas de diferentes matizes.
574 Entretanto, a discussão em questão era sobre a aprovação ou não das atividades
575 simultâneas. Como representante do DELART, frisou que o projeto não estava sendo
576 avaliado. O departamento foi cuidadoso no processo de análise da solicitação do Prof.

577 Maurício, não querendo, por exemplo, desqualificar o Núcleo de Estudos de Políticas
578 Públicas que está abrigando esse projeto ou colocar em questão a força e a lisura da
579 Funcamp, que é a interveniente do projeto que o Prof. Maurício Ernica irá coordenar,
580 caso seja aprovado. Era importante também lembrar que o tema da discussão que o
581 Prof. Maurício está desenvolvendo junto com colegas é a desigualdade no país e
582 naquela reunião estavam tratando de desigualdade, quando os posicionamentos
583 políticos eram colocados. Finalizou sua fala reforçando a ideia de que o que estava
584 se discutindo era a aprovação dos trabalhos dos colegas, que com certeza ele *a priori*
585 disse acreditar serem cumpridos: não só seus compromissos éticos e profissionais na
586 universidade, como também o desenvolvimento do debate em outras instâncias. A
587 **estudante Viviane Cardoso da Silva** iniciou sua fala dizendo que a questão era
588 justamente a essência das atividades simultâneas, porque a existência das atividades
589 simultâneas já estava prevista no regimento da universidade, e era exercida por vários
590 institutos, inclusive com o setor privado. Entretanto, tratava-se da Faculdade de
591 Educação, lembrando que haviam acabado de aprovar uma carta sobre a ditadura
592 militar e o “ranço” que ela traz para a história até hoje. Que tragédia era ver uma
593 universidade como a Unicamp filiando-se à Tide Setúbal, filiando-se ao Todos pela
594 Educação, que dizem defender a educação pública “democraticíssima”. “Que
595 democracia é essa defendida? E a Priscilla Cruz e a Maria Alice serem convidadas
596 justamente para fazerem parte de um grupo da Unicamp que tem ideias livres, é o
597 IdEA, mas para falar de educação. E a Faculdade de Educação? Está onde nesse
598 processo?” Há uma professora lá que representa também alguns interesses dentro
599 da Faculdade. Será que é a democracia que está sendo falada enquanto autonomia,
600 enquanto uma universidade que pensa sobre a escola pública de forma ampliada, não
601 apenas a partir de um projeto de sociedade em que se delegam aos alunos da escola
602 pública o que eles têm que ser sem eles terem ao menos a condição de dizer o que
603 eles querem ser no futuro? É isso que o Unibanco, por exemplo, propõe. Frisou que
604 estava falando com propriedade, pois é uma estudiosa também sobre a privatização
605 da educação básica assim como vários dos pesquisadores que ali estavam. Então é
606 a essência. Lamentou as falas de vários professores ali em que defenderam na
607 reunião de outubro/2020 a importância de se juntar ao Instituto Unibanco etc. Em todo
608 aquele debate foi muito falado sobre a defesa da escola pública, mas que escola
609 pública? Que escola pública é essa atrelada ao setor privado? Quem diz hoje no Brasil
610 qual é a política pública que vai ser implementada nas escolas, nos sistemas,
611 principalmente públicos, é o setor privado. Salientou que não eram contrários ao
612 mérito da Profa. Ana Aragão, da Profa. Telma, do Prof. Maurício. Todos têm mérito,

613 além de produtividade. Finalizou ponderando que eram contrários a qualquer tipo de
614 parceria com o setor privado, seja com a Tide Setúbal, seja com o Instituto Unibanco,
615 seja com a Fundação Leman, seja com qualquer instituição que trouxesse nocividade
616 ao desenvolvimento de uma escola pública plural, de uma escola pública democrática
617 e principalmente autônoma dentro dos sistema públicos de ensino. **A estudante Júlia**
618 **Zan** informou que faria a leitura do complemento da carta que a estudante Isis leu no
619 em sua fala, mas não conseguiu complementar: “Lembramos que a Faculdade de
620 Educação tem uma vasta produção crítica sobre a atuação destas fundações e
621 instituições empresariais, seja por meio dos professores ou pesquisadores de
622 graduação e pós-graduação. Por isso, questionamos o esvaziamento político da
623 Congregação e da FE, em sua autonomia, ao rejeitar a proposta de convênio com o
624 Instituto Unibanco e se deparar com o mesmo por fora da Faculdade. Ao mesmo
625 tempo, questionamos a Unicamp por seguir com a decisão de realizar estes
626 convênios, com o intuito de legitimar pesquisas sobre educação das fundações
627 empresariais em completa desconsideração com a produção de conhecimento dos
628 docentes e discentes da própria Faculdade de Educação. Portanto, demandamos da
629 FE um posicionamento crítico sobre a presença destas instituições empresariais
630 dentro da Unicamp e seu significado político, ressaltando as pesquisas da casa sobre
631 privatização da educação e a luta histórica pela defesa da educação pública”. A
632 **Professora Fabiana Rodrigues** iniciou sua fala dizendo que era um dia difícil, e usou
633 o termo de René Dreifuss: ditadura empresarial-militar para se referir a 64. Mencionou
634 que achava muito grave o tempo atual. Era necessário prezar pelos espaços
635 democráticos, do qual a Congregação era um deles. Em outubro foi feito uma boa
636 discussão, um rico debate que deu continuidade na própria lista docente, através de
637 uma série de manifestações. Lamentou não ter disponível a ata, o registro e
638 publicização de um debate que não era qualquer um, mas que era parte importante
639 da gestão democrática e em especial um tema que mobilizou tanto a comunidade da
640 FE. Ressaltou que aquele não era é um pedido normal, por isso, reafirmou que não
641 se tratava de falar do mérito, da competência, da produção das professoras. Tratava-
642 se de discutir uma questão política. A Faculdade de Educação mais uma vez estava
643 dividida com relação a esse tema. Os itens destacados diziam respeito a relação entre
644 a universidade pública e as fundações privadas que têm como mote a privatização da
645 educação, por maneiras das mais rebuscadas, que exigem muitas mediações para
646 serem entendidas. Então, a FE está dividida em relação a esse tema, o que exige e
647 traz a necessidade de que seja mais debatido e que a FE tenha de fato um
648 posicionamento. Esse tema não é qualquer tema, é um assunto fundamental da

649 educação brasileira hoje: a relação entre universidade e setor privado, que diz respeito
650 à privatização da universidade e a privatização do ensino básico. Salientou que a FE
651 tem um dos grandes estudos no Brasil da privatização que se chama Luiz Carlos de
652 Freitas. Ele tem mostrado nas suas pesquisas que os setores obscurantistas no Brasil
653 não estão descolados dos setores privatistas. Finalizou dizendo que era da maior
654 urgência a realização desse debate na Faculdade de Educação. Era fundamental que
655 não produzam nenhum tipo de esvaziamento político na Congregação, das
656 discussões que possam valorizar o acúmulo, a construção coletiva. A **Professora**
657 **Soely Polydoro** destacou com bastante força que concordava muito com a
658 importância do tema e um necessário posicionamento da Faculdade de Educação.
659 Não tinha dúvidas quanto a isso e achava que a FE estava muito atrasada em relação
660 a essa discussão, o que já devia ter acontecido há anos, ou no mínimo a partir de
661 outubro/2020, pois estavam em março e não foi pautada essa discussão de forma a
662 se pensar um posicionamento da Faculdade diante dessas questões; mais que isso,
663 um posicionamento que resultasse em diretrizes e parâmetros em proposições da
664 Faculdade em relação a essa situação. Em vez de se travar uma discussão
665 necessária, fundamental na forma que ela merece ser discutida, o que tem sido feito,
666 e ela discorda era uma discussão do tema a partir de itens de pautas específicos,
667 pessoais. Há que se rever se esse é um bom caminho. “Discutir o tema é fundamental,
668 porém, é assim que a Faculdade de Educação quer tratar um tema de tamanha
669 responsabilidade, de tamanho e impacto para sociedade? A partir de decisões
670 pontuais?” Chamou a atenção para a necessidade de definição com exatidão uma
671 posição da Faculdade de Educação que gere diretrizes e que o tema não seja debatido
672 quando há posições pessoais, que têm nomes, que têm pessoas. Trouxe um elemento
673 bem concreto em que a Faculdade de Educação já operacionalizou atividade
674 simultânea com a fundação Unibanco em outras situações, como pode ser constatado
675 no item 16 da pauta, em que foi aprovado o cancelamento de um convênio com a
676 Fundação Unibanco. Fica claro que era possível rever a posição, mas também não dá
677 para dizer que isso não foi feito desde a outra vez por recomendação da Congregação.
678 Se não tem a ata de outubro, tem a ata do outro ano e que isso está claramente posto
679 lá: que a Faculdade de Educação não poderia assumir essa atuação, não poderia ter
680 o nome da Faculdade, mas que fosse então remetido a um posicionamento pessoal,
681 ou seja, um vínculo pessoal. É para isso que a atividade simultânea acontece.
682 Finalizou dizendo que havia 2 discussões: uma era a questão com quem fazemos a
683 atividade simultânea e a outra era o que se entende por atividade simultânea em geral.
684 O **Professor Lalo Minto** salientou que de fato era muito ruim quando são obrigados

685 a tratar de certos assuntos mediante pedidos de pessoas. No entanto, ponderou que
686 são as instâncias que precisavam decidir sobre os pedidos, tais como: atividades
687 simultâneas, cursos pagos, entre outros, porque era o lugar onde se faz a realização,
688 o controle sobre uma política que está sendo realizada e também uma política que se
689 deseja que seja realizada. Deu o exemplo de uma política que autoriza a cobrança de
690 cursos de extensão ou de especialização ou então essa legislação de 2019 que
691 permite que cursos presenciais tenham até 40% de carga em EAD. Frisou que não
692 eram decisões que não são tomadas num momento e depois acabam e tudo tem que
693 ser feito seguindo tais regras. Cada vez que tem um pedido novo e uma decisão nova
694 a ser tomada, isso é política. Essa política real, não é a política que está escrita num
695 texto normativo, pois aquilo não se esgota, não se auto realiza nunca. Ressaltou que
696 o debate que estava ocorrendo ali, não era de fato um debate qualquer, porque ele
697 envolvia decisões fundamentais que já foram tomadas na Congregação e que não são
698 só referentes a normas que existem ou não, mas são referentes à nossa política, a
699 postura institucional da FE. Era ao projeto que a FE deseja que seja realizado na
700 educação brasileira, mesmo diante de uma conjuntura tão adversa, tão negativa, tão
701 contrária a esse projeto. Lembrou que um dos pilares do projeto de universidade é o
702 RDIDP – Regime de Dedicção Integral à Docência e a Pesquisa, que foi conquistado
703 com muita luta de várias gerações que os antecederam. E essa configuração que o
704 RDIDP foi concomitante à luta contra a ditadura. Não tem como separar as duas
705 coisas que a universidade pública depois de 1988 é também fruto direto das lutas que
706 foram feitas contra a ditadura que, aliás alguns iriam celebrar, como o dia fatídico.
707 Então, toda vez que uma decisão é tomada e que envolve regime de trabalho e
708 dedicação às nossas atividades-fim, a política está acontecendo, não é apenas
709 casuísmo. Frisou sua fala dizendo que achava não ser possível ter como postura
710 institucional apenas carimbar pedidos que são feitos, mas a cada vez que eles fossem
711 apresentados, houvesse, de fato, uma avaliação se o que estava sendo proposto
712 correspondia ou não ao projeto institucional que a FE defende. Ao seu ver, parecia
713 que, pela maioria das falas ali colocadas, muitos têm dúvidas sobre isso, e inclui
714 também os pedidos de atividades simultâneas que não foram destacados. Havia
715 condições de se fazer tudo o que estava ali solicitado? Finalizou dizendo que para ele
716 o dilaceramento do RDIDP que as normas já autorizam, precisa ser sempre reavaliado
717 nas instâncias decisórias, pois esse é o nosso papel enquanto instância política e
718 enquanto colegiado, senão bastaria autorizar tudo e nem precisaria de decisões. A
719 **estudante Viviane Cardoso da Silva** propôs que fosse feito um debate mais amplo
720 sobre a forma que a Faculdade de Educação vai encarar a questão sobre os grupos

721 empresariais, algo que está sendo protelado historicamente. Outra coisa que a Júlia
722 colocou ali, era que o colegiado precisava da ata do mês de outubro, embora
723 saibamos que esteja construção. Ela é fundamental para, inclusive, tentar propor uma
724 nota sobre o que foi decidido em outubro. O **Professor Alexandro Paixão** pediu a
725 palavra para dizer que já foi esclarecida a questão da ata e pediu para os conselheiros
726 serem um pouco mais solidários, pois era apenas uma secretária e as congregações
727 geram outras atas. Lembrou que era desta mesma Faculdade que foi feito o pedido
728 de respeito em consideração ao trabalho dos funcionários. Salientou que Raquel é
729 uma única pessoa, é mãe, tem filhos e não foi possível a transcrição de mais de 3
730 horas de reunião, assim como a próxima ata desta reunião. Pediu que considerassem
731 isso. Afirmou o compromisso da Direção de que na próxima reunião da Congregação
732 a ata estaria disponível. Já haviam pedido desculpas pelo fato da ata não ter sido
733 entregue e não precisavam mais falar sobre isso. A **Professora Fabiana Rodrigues**
734 pediu um à parte no comentário do Alexandro, para esclarecer que foi uma das
735 pessoas que comentou sobre a ata algumas vezes e em nenhum momento estava
736 fazendo qualquer julgamento com relação ao trabalho da Raquel, que sabia e entendia
737 todas as questões que o Alexandro havia colocado. O que disse era sobre prioridades
738 e a necessidade do documento. O **Professor Alexandro Paixão** salientou que sua
739 fala foi em nome da Raquel, pois embora ela estivesse presente não tinha fala naquele
740 colegiado. A **estudante Viviane Cardoso da Silva** ressaltou que fez menção à ata
741 para reforçar a importância do documento, não para que a servidora fosse oprimida a
742 trabalhar além de sua jornada. A **Professora Nima Spigolon** fez um adendo à
743 questão, pois expunha muito bem e de forma prática o que tem sido falado sobre a
744 carga de trabalho de todos ali. Se dispôs a ceder um/a bolsista para colaborar na
745 transcrição, pois considerava muito importante essa solidariedade. O **Professor Renê**
746 **Trentin** disse que precisavam partir para a votação, entretanto, ele precisava fazer
747 alguns comentários. Foi associada à discussão sobre a precarização do trabalho
748 docente, mas era preciso tomar cuidado quando se fala genericamente de atividade
749 simultânea, pois na verdade não é a atividade simultânea que precariza o trabalho
750 docente. Isso é uma decisão do docente compartilhada no seu departamento e com
751 uma condição prevista institucionalmente. Questionou se a proposta seria de que
752 nenhum docente fizesse atividades simultâneas? Salientou que essa também é uma
753 forma de levar conhecimento produzido na Unicamp para fora, de intervir nas políticas
754 públicas. Como seria possível intervir nas políticas públicas sem a participação em
755 órgãos, por exemplo? Citou como exemplo sua própria proposta de atividade
756 simultânea, que é uma atividade que está realizando junto à Prefeitura de São Paulo,

757 associada a seu objeto que pesquisa, dando assim oportunidade de interferir numa
758 política pública que é o ensino de filosofia. Isso seria barrado? Questionou, então, o
759 que, de fato, incomodava nesse tema? Como mencionou a Profa. Fabiana, trata-se
760 de uma questão política de com quem são feitas as parcerias. Concordou com a
761 necessidade de se discutir sobre isso, entretanto, discordou de que isso não tenha
762 ainda sido discutido na FE. Inclusive, acolhendo a proposta da estudante Viviane, está
763 prevista uma reunião com a Coordenadora de Extensão para traçar alguns
764 encaminhamentos, dentre os quais a revisão do Regimento da Extensão, que foi hoje
765 objeto de intensa discussão. Muitos dos conselheiros nem estavam na FE quando a
766 discussão do regimento começou, o que durou mais de 1 ano. Outra questão que
767 destacou e que apareceu também na reunião de outubro, pois já tinha ouvido boa
768 parte da reunião, é que das mais de 3 horas de discussão naquela ocasião não deve
769 ter havido nem uns 2 minutos em que se falou dos projetos em si. Toda a discussão
770 girou em torno da questão política. Ninguém quis saber exatamente o que estava
771 sendo proposto naquele convênio, nem o que as proponentes iam fazer exatamente.
772 Quanto ao item 19, se o Prof. Arnaldo não tivesse falado, ninguém saberia o que o
773 Prof. Maurício irá fazer. Ou seja, o objeto da proposta não estava sendo colocado em
774 discussão, nem despertando o interesse. Há uma questão política de fundo.
775 Mencionou ainda que na Congregação passada, o colegiado tomou uma posição
776 bastante forte, de recusar uma interferência externa numa decisão da Faculdade, que
777 foi a questão do selo Paulo Freire. Foi uma votação unânime, após uma longa
778 discussão. Pela fala do Prof. Arnaldo, a posição que fosse tomada ali poderia,
779 inclusive, inviabilizar um convênio estabelecido por uma outra unidade da Unicamp.
780 Questionou em que medida também a FE tem condição de interferir naquilo que as
781 outras unidades propõem e fazem, considerando a legislação superior da
782 universidade que dá amparo a essas decisões. Era algo a se pensar: se a FE não
783 quer isso para ela, não deveria fazer também para os outros institutos. Finalizou com
784 a observação de que considerava importante pensar nas discussões daqui para frente
785 que era a questão da liberdade dos docentes em suas atividades acadêmicas. A
786 **estudante Viviane Cardoso da Silva** pediu questão de ordem, pois disse entender a
787 fala do Prof. Renê como uma defesa aos pontos que seriam votados, além de
788 ponderar as questões depois de já terem terminado o debate, o que considerava
789 complicado. O **Professor Renê Trentin** esclareceu que também tinha direito à fala na
790 Congregação e deu continuidade para completar seu raciocínio. O **Professor Miguel**
791 **Ribeiro** tocou na questão da liberdade. Então o que seria decidido exatamente? Seria
792 estabelecido um critério? Os convênios poderiam ser feitos com determinadas

793 entidades apenas? Observou que qualquer atividade voluntária que não envolva
794 remuneração também pode ser considerada atividade simultânea. Reconheceu a
795 importância do debate político tão mencionado, pois é fundamental, mas todas as
796 questões devem ser levantadas. Sugeriu que os itens fossem colocados em votação.
797 A **Professora Selma Venco** mencionou que não se poderia colocar em votação após
798 a defesa do Prof. Renê. O **Professor Renê Trentin** disse que poderia abrir para outra
799 defesa e perguntou se ela gostaria de falar. A **Professora Selma Venco** observou
800 que o Prof. Renê colocou várias coisas muito complicadas, como se eles estivessem
801 sendo negligentes em relação às questões que estavam colocadas. Disse que
802 chamou muito sua atenção o pedido de atividades simultâneas do Prof. Renê.
803 Ressaltou que não compreendia como com todo o trabalho que os docentes têm, e
804 ele ainda acumulando com a gestão da FE, que é um trabalho *full time*, consegue
805 desenvolver atividades simultâneas. Entretanto, achava que 2h30m dedicadas a um
806 projeto é muito diferente da dedicação a um projeto que fere toda a defesa da
807 educação pública e da universidade pública no país, como a Unicamp. Mencionou que
808 os argumentos apresentados por ele tinham um peso. Não se tratava de cercear a
809 liberdade de ninguém, mas uma chamada de atenção para a coerência necessária no
810 interior da universidade, entre aquilo que é falado, escrito e ensinado e à prática. A
811 FE fica vendendo cursos em nome do que, por exemplo? É uma discussão que já vem
812 ocorrendo há tempos. É muito complicado. Finalizou dizendo que tinha uma *live* às
813 14h e achava que os itens precisavam ser votados e voltou a mencionar que a defesa
814 feita pelo Prof. Renê às vésperas de se votar foi bastante complicada. O **Professor**
815 **Renê Trentin** agradeceu a Profa. Selma e perguntou aos conselheiros se poderia
816 colocar os itens em votação ou alguém tinha alguma observação ainda. A **Professora**
817 **Alexandrina Monteiro** perguntou o que exatamente ia ser votado. O **Professor Renê**
818 **Trentin** esclareceu que iria submeter à votação os itens 17, 18 e 19. A **estudante Isis**
819 **Caniello** disse que queria pedir mais cuidado e respeito da Direção e da mesa, pois
820 às vezes as falas dos estudantes eram cortadas, por não terem a mesma opinião da
821 Direção. Salientou que era algo levantado desde o ano passado. Observou que era
822 importante que o Prof. Renê se inscrevesse para participar da discussão no momento
823 da discussão, pois se a sua fala fica por último, não é possível discutir o que ele
824 pontuou. O **Professor Renê Trentin** esclareceu que não acreditava ter interrompido
825 a fala de nenhum estudante. Caso tenha feito isso, foi algo imperceptível de sua parte,
826 pelo que se desculpava. Com relação ao seu posicionamento, solicitou que
827 compreendessem, pois a Direção estava tentando mediar a discussão. Frisou que,
828 indiferente do ponto de vista pessoal, o olhar de quem está na gestão é o olhar da

829 regulamentação, da legislação. Os docentes têm o direito de apresentar suas
830 propostas e que seus comentários não tinham relação com sua posição pessoal sobre
831 o tema. Ressaltou que a proposta dos itens em questão estava de acordo com a
832 legislação atual. Assim os proponentes têm o direito de encaminhar sua proposta e
833 não cabe à direção o impedimento. A questão é complexa, há que se ter tranquilidade
834 para conversar desse assunto, respeitando e levando em consideração todas as
835 posições e não só uma. Finalizou dizendo que esse era seu objetivo, permitindo que
836 todos falassem, inclusive com extrapolação do tempo. A **estudante Michelle Simões**
837 reforçou o encaminhamento da estudante Júlia que propôs de se escrever uma nota
838 para aprovar na congregação, talvez na próxima reunião, com relação aos convênios
839 e com relação ao posicionamento da Faculdade de Educação baseado no acúmulo,
840 em especial na congregação de outubro, para se elaborar melhor qual é a visão da
841 universidade em relação a isso. Reforçou a necessidade de pautar na próxima
842 Congregação essa discussão. Também comentou que, além das interrupções, havia
843 algumas posturas, por exemplo, expressões e formas de se colocar frente à reunião.
844 Mencionou ainda que o Prof. Renê poderia ter uma posição mais democrática e levar
845 em consideração de forma mais igualitária a posição discente em especial. O
846 **Professor Renê Trentin** disse que iria se policiar para ver se conseguia ser um pouco
847 mais democrático, conforme estavam solicitando. Observou que a proposta que a
848 estudante Michelle Simões lembrou, pressupõe um debate antes, pois não era
849 possível fazer uma nota sobre aquilo que ainda não foi suficientemente debatido. A
850 congregação de outubro deliberou sobre uma proposta em particular de convênio, não
851 sobre uma posição da Faculdade referente aos convênios de maneira genérica. Então
852 seria necessária uma conversa feita na instância da Coordenação de Extensão da FE,
853 onde surgem as demandas de convênios. Uma vez feita essa discussão, talvez pensar
854 em um seminário ou um melhor formato de encaminhamento. Lembrou que na
855 próxima revisão do regimento de extensão seria bom rever esse aspecto, porque é aí
856 que essa questão tem que aparecer. Não adiantaria uma nota da Congregação, tendo
857 um regimento que diz o contrário. Seria importante desencadear uma discussão talvez
858 coordenada pela extensão da FE. Inclusive, há outros pontos do regimento que
859 precisam ser revistos, como por exemplo os cursos lato sensu que não aparecem no
860 texto. Não existe mais curso de especialização em extensão. É preciso atualizar o
861 regimento de qualquer maneira, e talvez aproveitar e fazer essa discussão para ver
862 se é possível pelo menos pacificar um pouco esse assunto, trabalhando assim de
863 maneira mais tranquila sem tanto calor emocional. A **estudante Michelle Simões**
864 afirmou que concordava com a proposta, pois a ideia era que o debate seguisse e não

865 se encerrasse ali. A **Professora Ana Lúcia Horta** mencionou que sua fala no
866 Seminário Desafios da FE trouxe essa questão que era um grande desafio para a
867 coordenação: a discussão diante do movimento privatista da universidade. Existe uma
868 pressão por dentro e por fora da universidade para captação de recursos. Talvez seja
869 possível essa discussão na plenária, mas caso não dê tempo, que ao menos saia uma
870 proposta de como enfrentar essa discussão, que em sua opinião vai além da
871 Coordenação de Extensão, porque é um tema que abrange outros aspectos e outras
872 relações da própria Unidade. Após as intervenções dos conselheiros, o **Professor Renê**
873 **Trentin** submeteu os **itens 17, 18 e 19** para votação. O resultado foi o seguinte: 11 votos
874 favoráveis; 11 votos contrários e 4 abstenções, cabendo ao Presidente da sessão o voto de
875 minerva. O **Professor Renê Trentin** declarou que sua posição pessoal sobre o tema não
876 importava e que, enquanto presidente da Congregação, deveria observar a
877 institucionalidade dos processos. Em função disso seu voto seria favorável. Sendo
878 assim, os *itens 17, 18 e 19 foram aprovados, com 12 votos favoráveis, 11 votos contrários e*
879 *4 abstenções*. Em seguida, o **Professor Renê Trentin** encerrou a reunião agradecendo
880 a presença de todos reiterando o pedido de que todos se cuidem e cuidem uns dos
881 outros. Nada mais havendo a tratar, eu, Raquel Pigatto Vale Menezes, secretária da
882 Diretoria da Faculdade de Educação, redigi e digitei a presente ata que assino e
883 submeto à apreciação dos senhores conselheiros. Cidade Universitária “Zeferino
884 Vaz”, 22 de abril de 2021.